

MIRANDO NAS CONSTELAÇÕES DO DINHEIRO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA COMPREENDER OS FLUXOS DE CAPITAL NO ESPAÇO

SHEDDING LIGHT ON MONEY CONSTELLATIONS: A NEW PERSPECTIVE FOR UNDERSTANDING CAPITAL FLOWS IN SPACE

HACIENDO VISIBLES LAS CONSTELACIONES DEL DINERO: UNA NUEVA PERSPECTIVA SOBRE LOS FLUJOS DE CAPITAL EN EL ESPACIO

AUTOR

Maira Magnani 

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E-MAIL

mairamagnania@gmail.com

DATA DE SUBMISSÃO: 07/05/25

DATA DE APROVAÇÃO: 07/10/25

DOI: 10.12957/GEOUERJ.2025.91656



E-ISSN 1981-9021

ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO ABERTO
DISTRIBUÍDO SOB OS TERMOS DA LICENÇA
CREATIVECOMMONS BY-NC-SA 4.0, QUE
PERMITE USO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO
PARA FINS NÃO COMERCIAIS, COM A CITAÇÃO
DOS AUTORES E DA FONTE ORIGINAL E SOB
A MESMA LICENÇA.

// RESUMO

Este ensaio busca analisar criticamente a metodologia “seguindo o dinheiro”, reconhecendo que estudos sobre fluxos de dinheiro muitas vezes ignoram uma perspectiva crítica sobre os processos e práticas que os moldam. O arcabouço teórico-analítico mirando nas constelações do dinheiro é nossa contribuição ao debate sobre como estudar fluxos de dinheiro no capitalismo de gestão de ativos. Além de mapeá-los, propomos um quadro analítico que inclui uma perspectiva sobre como e por que os fluxos de capital mapeados são formados e estão em constante evolução. O arcabouço surge da necessidade de incluir trabalho qualitativo para revelar as relações em transformação entre os atores que participam ativamente da construção desses fluxos. O quadro analítico abrange três etapas: a captação de dinheiro de investidores potenciais; as rotinas e práticas de gestão que moldam preferências de investimento; e o direcionamento do dinheiro para ativos da economia real. Concluo essa reflexão trazendo a tona a oportunidade de utilizar este quadro analítico para o desenvolvimento de uma teoria sobre os fluxos de capital no espaço dentro do campo da geografia financeira.

Palavras-chave: geografia financeira; following the money; gestores de ativos; fluxos de dinheiro; indústria financeira.

// ABSTRACT

This essay aims to critically examine the “following the money” methodology, recognizing that studies on money flows often overlook a critical perspective on the processes and practices that shape them. The theoretical-analytical framework centered on money constellations is our contribution to the ongoing debate on how to study capital flows under asset management capitalism. Rather than focusing solely on mapping, we propose an analytical lens that explores how and why mapped capital flows are formed and constantly evolving. This framework emerges from the need to incorporate qualitative research to uncover the shifting relationships among the actors actively involved in constructing these flows. The analytical model encompasses three interconnected stages: the pooling of capital from potential investors; the management routines and practices that shape investment preferences; and the channeling of money into real-economy assets. We conclude by highlighting the opportunity to develop this framework into a broader theory of capital flows across space within the field of financial geography.

Keywords: financial geography; following the money; asset managers; capital flows; financial industry.

// RESUMEN

Este ensayo busca analizar críticamente la metodología de “seguir el dinero”, reconociendo que los estudios sobre flujos de capital a menudo ignoran una perspectiva crítica sobre los procesos y prácticas que los configuran. El marco teórico-analítico centrado en las constelaciones del dinero constituye nuestra contribución al debate sobre cómo estudiar los flujos de capital en el capitalismo de gestión de activos. Más allá del mapeo, proponemos un enfoque analítico que permite comprender cómo y por qué se forman los flujos de capital mapeados, y cómo estos se transforman de manera constante. Este marco surge de la necesidad de incorporar trabajo cualitativo que permita revelar las relaciones cambiantes entre los actores que participan activamente en la construcción de estos flujos. El esquema analítico comprende tres etapas: la captación de recursos por parte de inversores potenciales; las rutinas y prácticas de gestión que moldean las preferencias de inversión; y la canalización del capital hacia activos de la economía real. Concluimos esta reflexión destacando la oportunidad de utilizar este marco como base para el desarrollo de una teoría sobre los flujos de capital en el espacio, en el ámbito de la geografía financiera.

Palabra Clave: geografía financiera; following the money; capitalismo de gestión de activos; flujos de capital; industria financiera.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o dinheiro foi amplamente concebido não apenas como um meio de troca ou um instrumento neutro de valor, mas como uma construção social complexa, carregada de significados, relações e poder (Harvey, 2010). Perspectivas da sociologia econômica, como as de Zelizer (1989), Ingham (1996, 2004), Granovetter & Swedberg (2011) enfatizam que o dinheiro não pode ser reduzido a um mero objeto de circulação: ele é, fundamentalmente, uma relação social mediada por instrumentos monetários. Seu valor, legitimidade e circulação dependem de contextos institucionais e processos históricos que o tornam inteligível e operativo nas trocas sociais. É a partir disso que entendemos que compreender o dinheiro como relação social — e não apenas como um objeto ou fluxo — é fundamental para avançar na análise dos fluxos financeiros, evitando abordagens que os tratem de forma meramente cartográfica ou descritiva.

Embora haja amplo reconhecimento de que o dinheiro deve ser compreendido como uma relação social, enraizada em práticas institucionais e contextos históricos específicos, grande parte da literatura em geografia financeira ainda o aborda, na prática, como uma mercadoria abstrata que se desloca pelo espaço de forma quase automática. A metodologia conhecida como *Following the Money* (seguindo o dinheiro) (Christophers, 2011) é um exemplo emblemático dessa tendência. Estudos empíricos que a adotam — como os de Hughes-McLure (2022), Burns et al. (2016), Bassens et al. (2019) e Lima (2022) — frequentemente recaem na armadilha de operar com concepções teóricas simplificadas sobre o mundo financeiro. Como alerta Clark (2005, p. 2), limitar-se ao mapeamento de fluxos monetários e à sua correlação com variáveis macroeconômicas revela muito pouco sobre os mecanismos profundos que os estruturam. Da mesma forma, Pryke (2006) observa que a maioria das análises voltadas à circulação do capital ignora os processos críticos e as práticas cotidianas que efetivamente moldam esses fluxos e os inscrevem em regimes socioterritoriais específicos.

Frente a essas limitações dos estudos e proposições teórica-metodologias atuais, defendemos que é necessária uma abordagem qualitativa mais atenta para compreender as complexas relações sociais e institucionais que estruturam a direção, a forma e a dinâmica dos fluxos de dinheiro. Nesse contexto, proponho o arcabouço analítico denominado *As constelações do dinheiro*. A metáfora das constelações busca representar um segmento da indústria financeira — uma teia de firmas e instituições que compõem um setor econômico específico, frequentemente escolhido como unidade de análise em pesquisas de caso. Essa metáfora incorpora três elementos principais: as estrelas — os atores que originam ou participam dos fluxos de dinheiro no setor; os fluxos — as conexões e relações estabelecidas entre esses atores; e o desenho resultante — a configuração espacial e relacional moldada por essas interações.

Analisar uma constelação implica ir além da descrição dos fluxos monetários. Exige compreender como o desenho dessas conexões se conforma, por que determinados atores participam desta constelação e não de outras, e de que modo práticas institucionais, saberes tácitos e estratégias específicas moldam a circulação do capital. Em vez de apenas mapear as trajetórias do dinheiro no espaço, proponho que a análise se aprofunde: deve-se ir além da topologia dos fluxos; incorporar trabalho de campo e métodos qualitativos; reconhecer que fluxos de conhecimento e de expectativas caminham lado a lado com os fluxos monetários; considerar as redes sociais e institucionais que atravessam esses fluxos; e distinguir criticamente as características dos diversos atores financeiros envolvidos nas transações.

A escolha de colocar os gestores de ativos no centro desta análise é deliberada e se justifica tanto por razões metodológicas quanto teóricas. Metodologicamente, seria inviável abarcar todos os tipos de atores financeiros que participam dos fluxos de capital. Teoricamente, como sugerem diversos estudos em geografia econômica, há um processo dinâmico de reconfiguração dos agentes centrais responsáveis pela criação e movimentação do dinheiro. Nas últimas décadas, argumenta-se que os gestores de ativos assumiram essa posição nodal nas finanças globais (Gibadullina, 2024; Braun, 2021; Christophers, 2024). Dotados da capacidade de manejar grandes bases de dados, especializar-se em diferentes classes de ativos e captar recursos de diversos proprietários de ativos (fundos soberanos, *endowments*, *family offices*,

fundos de pensão, empresas, indivíduos poupadores, etc.), esses gestores distinguem-se de outros agentes financeiros tradicionais, como os bancos de investimento (CLARK, 2024), por serem capazes de articular capacidades complementares que, no fim do dia, permite um controle dos fluxos financeiros existentes na indústria de investimento financeiro.

Este ensaio retoma algumas das reflexões desenvolvidas em Magnani, 2024. Ele se organiza em duas seções, seguidas de uma conclusão. Na primeira, após apresentar os princípios fundamentais da metodologia *following the money*, exponho quatro críticas centrais ao seu uso convencional. Na seção seguinte, introduzo o arcabouço analítico mirando nas constelações do dinheiro como uma proposta de avanço. Por fim, discuto as possibilidades de expansão desse arcabouço para a constituição de uma teoria mais ampla no campo da geografia financeira.

NOSSAS CRÍTICAS À METODOLOGIA *FOLLOWING THE MONEY*

A metodologia *following the money* tem sido utilizada como ferramenta informativa para rastrear fluxos financeiros e identificar “para onde” e “de onde” o dinheiro circula. Alguns trabalhos empíricos que utilizam dessa metodologia no campo da geografia econômica valem destaque.

No estudo de Burns et al. (2016), os autores investigam os fluxos financeiros no setor de cuidados residenciais no Reino Unido, rastreando como os recursos públicos destinados ao serviço de assistência são redirecionados por cadeias de intermediação financeira até chegarem a investidores privados. A aplicação empírica se baseia na reconstrução de fluxos entre diferentes atores — do Estado a empresas operadoras, fundos e acionistas — a partir de dados contábeis, documentos públicos e registros corporativos. Já no trabalho de Bassens et al. (2019), a metodologia é utilizada para mapear os vínculos financeiros que sustentam práticas de patronagem cultural na cidade de Bruxelas, com foco nas conexões entre elites urbanas, instituições artísticas e atores financeiros. A abordagem empírica envolve o rastreamento de investimentos e doações, bem como a análise de redes sociais e econômicas entre os participantes dessas constelações culturais-financeiras. Por fim, Lima (2022) emprega a

metodologia para examinar a atuação de investidores institucionais no mercado habitacional de Lisboa, identificando como o capital global circula por meio de fundos imobiliários, empresas gestoras e incorporadoras locais. A aplicação se dá por meio da análise documental, entrevistas com atores do setor e reconstrução dos fluxos de investimento entre diferentes escalas territoriais e institucionais.

No Brasil, Kalinoski & Procopiuck (2022) utilizam a metodologia da “trilha do dinheiro” como estratégia analítica para rastrear os fluxos de capital que financiam as proptechs (startups digitais do setor imobiliário) brasileiras. O objetivo é compreender os agentes financeiros envolvidos na transformação do mercado de aluguel residencial no Brasil. A proposta de seguir a trilha do dinheiro foi utilizada para revelar como as proptechs são financiadas por fundos de venture capital, fundos imobiliários (FIIs), crowdfunding e investimentos internacionais, destacando a atuação de grandes investidores e a reconfiguração do setor como parte de um complexo imobiliário-financeiro global. Com isso, os autores argumentam que seguir o dinheiro é crucial para entender a estrutura e o funcionamento desses novos modelos de negócio que transformam a moradia em ativo financeiro e serviço digitalizado.

Apesar do mapeamento do fluxo de capital ser um objetivo altamente ambicioso, como apontam críticas já estabelecidas (Clark, 2005; Pryke, 2006), a simples localização espacial de transações pouco revela sobre as dinâmicas sociais e institucionais que moldam esses fluxos. Assim, acreditamos que o que está em jogo não é apenas uma questão de deslocamento de capital, mas de relações de poder, estruturas de governança, convenções financeiras e disputas por legitimidade. A seguir, apresento quatro críticas centrais a essa abordagem, que embasam minha proposta de um novo arcabouço analítico.

É preciso ir além do mapeamento

A primeira crítica refere-se à centralidade conferida ao mapeamento dos fluxos, frequentemente tratado como se fosse suficiente, por si só, para explicar as dinâmicas financeiras em jogo. A ênfase em quantificar, informar e representar graficamente os deslocamentos do

capital tende a esvaziar o potencial interpretativo da abordagem, uma vez que transforma os fluxos em objetos estáticos, descolados dos processos sociais, institucionais e políticos que os produzem e sustentam.

É certo que o mapeamento pode cumprir um papel importante, sobretudo como ponto de partida para a análise. No entanto, sua utilidade é limitada quando não vem acompanhada de uma investigação qualitativa mais densa, capaz de acessar aquilo que os mapas, por definição, deixam escapar. Em geral, o que se consegue cartografar são as relações formalizadas — transações registradas, vínculos jurídicos, posições contratuais —, ao passo que uma parte significativa da dinâmica financeira está ancorada em circuitos informais, assimetrias de poder, rotinas organizacionais e racionalidades institucionais que não aparecem nas representações visuais.

Diante disso, torna-se necessário reverter a lógica analítica predominante. Em vez de partir do que é imediatamente visível para inferir a estrutura das relações, propõe-se iniciar pela investigação qualitativa — que ilumina vínculos, estratégias e sentidos atribuídos às práticas financeiras — e, só então, confrontar essas compreensões com os mapeamentos disponíveis. O mapa deixa de ser um fim em si mesmo e passa a funcionar como uma ferramenta crítica, que permite verificar, tensionar e até desnaturalizar os fluxos de capital representados espacialmente.

Essa inflexão metodológica se alinha a perspectivas da geografia relacional e institucional (Dicken & Malmberg, 2001; Yeung, 2005; Martin, 2017), que compreendem os fluxos não como trajetórias autônomas de um objeto, mas como expressões de relações complexas entre atores situados em contextos diversos. Assumir essa orientação não implica abandonar o mapeamento, mas reposicioná-lo no interior de uma análise mais ampla, que busca compreender o dinheiro não apenas por onde passa, mas por que, com quem e sob quais condições ele se move.

É preciso ir além do dinheiro como “coisa”

A segunda crítica se refere ao modo como o dinheiro é concebido na maior parte dos estudos que utilizam a metodologia *following the money*. Embora muitos desses trabalhos façam referência a autores como Ingham (1996, 2004), Zelizer (1989), Simmel ([1900] 2004) e Harvey (2010), que defendem a noção de que o dinheiro é, antes de tudo, uma relação social, essa definição raramente orienta de forma substantiva a condução analítica das pesquisas. Na prática, o que se observa é um tratamento do dinheiro como se fosse um objeto homogêneo — uma unidade neutra que simplesmente transita entre atores, desprovida de historicidade, disputas e saberes incorporados.

Essa forma de abordagem empobrece o potencial explicativo da metodologia, pois desconsidera os elementos imateriais e muitas vezes invisíveis que acompanham os fluxos monetários. Não se trata apenas de seguir o caminho do dinheiro, mas de compreender aquilo que circula com ele. Mais do que valores financeiros, os fluxos carregam consigo formas de conhecimento tácito: métricas de avaliação, benchmarks, racionalidades técnicas, modelos interpretativos, linguagens codificadas e visões de futuro compartilhadas entre os agentes (Beckert, 2016).

Tais saberes, por sua natureza, não são formalizados em documentos nem capturados por bases de dados. Eles emergem nas interações cotidianas entre atores, nos espaços relacionais onde circulam confiança, convenções e expertise. A literatura sobre conhecimento tácito, especialmente no campo da geografia econômica (Gertler, 2003; Bathelt & Glückler, 2017), mostra que esses elementos não apenas acompanham os fluxos — eles constituem os circuitos financeiros, moldando decisões e estruturas de poder.

Desse modo, incorporar essas camadas de conhecimento na análise dos fluxos é fundamental para romper com visões reducionistas do dinheiro como uma simples “coisa que se move”. Trata-se de recuperar a dimensão relacional, institucional e cognitiva dos fluxos financeiros — e, com isso, ampliar de forma crítica e substantiva o escopo analítico da metodologia.

É preciso ir além das transações unidirecionais

A terceira crítica diz respeito à forma como os fluxos de dinheiro são muitas vezes concebidos como transações diretas e localizadas entre dois pontos. Ao rastrear o deslocamento de recursos de um fundo de investimento para uma incorporadora, por exemplo, a metodologia tende a focar nos atores visivelmente conectados por uma operação específica, deixando à margem um conjunto de mediações institucionais, redes de influência e determinações externas que também exercem papel fundamental na conformação do fluxo.

A metáfora da constelação ajuda a visualizar esse problema. Se olharmos apenas para as estrelas visíveis — os agentes diretamente envolvidos na transação — corremos o risco de ignorar as forças que realmente estruturam o desenho dessa constelação. Essas forças gravitacionais, embora invisíveis aos olhos do mapeamento convencional, são decisivas. Elas incluem normas jurídicas, regulações setoriais, diretrizes de fundos soberanos, práticas operacionais padronizadas, pressões político-institucionais, critérios de avaliação de risco, disponibilidade e uso de bases de dados, entre outros elementos que não aparecem formalmente na transação, mas que contribuem para definir suas possibilidades e orientações.

Essa crítica se aproxima das abordagens institucionalistas e evolucionárias, como as desenvolvidas por Boschma e Frenken (2006), segundo as quais os fluxos financeiros devem ser compreendidos como produtos de ambientes institucionais dinâmicos. Nessas abordagens, a ênfase não recai apenas sobre os atores e suas escolhas estratégicas, mas também sobre os contextos nos quais essas escolhas se tornam viáveis ou legítimas. Atores e instituições, aqui, coevoluem: os primeiros adaptam suas práticas às oportunidades e restrições criadas pelos segundos, ao mesmo tempo que os contextos institucionais se transformam em resposta às inovações trazidas por esses próprios agentes.

Trata-se, portanto, de reconhecer que os fluxos de dinheiro não operam em um vácuo, mas em ecossistemas densos de relações e estruturas que se transformam ao longo do tempo. Incorporar essas dimensões à análise não apenas enriquece a compreensão das configurações

financeiras atuais, como também permite antecipar mudanças, captar emergências de novas práticas de gestão e compreender os mecanismos pelos quais diferentes formas de valor passam a ser legitimadas e mobilizadas.

É preciso aprofundar a análise dos atores

A quarta crítica recai sobre o tratamento genérico atribuído aos agentes financeiros nos estudos que utilizam a metodologia *following the money*. É comum que as análises classifiquem os participantes dos fluxos com base em categorias amplas — como “banco”, “gestor de ativos”, “consultoria”, “investidor institucional” ou mesmo “Estado”. Embora essas tipologias possam ser úteis como ponto de partida, elas frequentemente funcionam como atalhos analíticos que obscurecem o que há de mais relevante: os modos distintos pelos quais esses agentes se organizam, se financiam, tomam decisões e exercem poder nas redes financeiras.

A questão central, portanto, não é apenas classificatória, mas epistemológica. Ao naturalizar categorias genéricas e pouco problematizadas, esse tipo de abordagem acaba reforçando uma visão homogeneizante do mundo financeiro — como se os agentes fossem intercambiáveis, previsíveis e dotados de racionalidades equivalentes. Esse tipo de leitura desconsidera o fato de que as capacidades de atrair recursos, de gerenciar o capital captado de direcionar investimentos no espaço estão profundamente condicionadas por características institucionais específicas, como a estrutura acionária, o grau de exposição aos mercados internacionais, a lógica de sua governança e a posição que ocupam em redes transescalares de capital.

Não se trata apenas de nuances organizacionais: são essas características que definem quem pode operar de forma integrada em constelações financeiras amplas e quem está restrito a posições mais periféricas ou fragmentadas. Ignorar essa dimensão equivale a comprometer a compreensão dos mecanismos concretos que organizam a circulação do dinheiro e, mais que isso, a perder de vista as assimetrias estruturais que permitem a alguns agentes financeiros e

não-financeiros capturar fluxos recorrentes, enquanto outros permanecem dependentes de vínculos frágeis e oportunistas.

O desafio analítico, portanto, consiste em reconstruir as trajetórias institucionais desses agentes e compreender como acumulam capacidade de ação dentro das constelações. É nessa chave que se torna possível identificar, por exemplo, quais atores conseguem combinar as três etapas que formam as constelações do dinheiro — atraindo capital, articulando redes e investindo em larga escala — e quais se mantêm limitados a papéis pontuais ou subordinados. Ao invés de tomar os agentes como pontos fixos e classificáveis, é preciso tratá-los como formas institucionais em disputa, que se transformam, reagem a incentivos, e operam em campos assimétricos de poder e influência.

MIRANDO NAS CONSTELAÇÕES FINANCEIRAS: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA COMPREENDER OS FLUXOS DE DINHEIRO

A proposta das constelações financeiras surge como uma resposta às limitações que a abordagem *following the money* apresenta quando aplicada de maneira tradicional. Ao propor esse arcabouço analítico, não se trata apenas de rastrear investimentos no espaço, mas de oferecer um modo mais sofisticado de compreender *como e por que* o dinheiro circula, levando em conta os atores envolvidos, suas relações, os recursos de poder que mobilizam e os efeitos concretos de suas decisões — ou seja, onde e em que tipos de ativos os fluxos se materializam.

A metáfora que empregados da constelação não foi escolhida ao acaso. Assim como no universo, onde agrupamentos de estrelas formam desenhos específicos a partir de sua disposição relativa e de forças gravitacionais que as mantêm em conjunto, os fluxos financeiros se organizam em torno de conexões entre agentes, práticas e estratégias. Cada constelação possui um desenho próprio, que pode ser mais ou menos denso, mais ou menos centralizado, mais ou menos estável. Esses desenhos não são naturais, tampouco fixos: são produtos históricos, moldados por relações institucionais, saberes estratégicos e decisões de investimento que atuam como forças invisíveis — mas determinantes — no arranjo dos fluxos.

Essa imagem permite, ainda, lidar com um aspecto muitas vezes negligenciado: a natureza disforme, volátil e relacional do dinheiro. Clark (2005) já advertia que “o dinheiro flui como mercúrio” — escorregadio, opaco, difícil de conter. Ainda assim, há momentos e pontos nos quais ele se solidifica, se concentra, se enraíza em ativos e territórios específicos (Corpataux Et al., 2017). As constelações, nessa chave, funcionam como configurações temporárias de estabilização: espaços analíticos em que é possível observar a coagulação do dinheiro e compreender os vetores que o conduzem.

O arcabouço mirando nas constelações do dinheiro propõe três eixos de análise, mutuamente articulados, para investigar as dinâmicas de fluxo no setor de gestão de ativos: (1) captação — referindo-se às estratégias mobilizadas para atrair capital, envolvendo as temporalidades, narrativas e dispositivos através dos quais os gestores convencem investidores a alocar recursos em seus veículos financeiros. Esse eixo revela o trabalho discursivo e institucional necessário para fazer o dinheiro ser canalizado nas mãos de gestores financeiros; (2) gestão — que abrange as práticas e estruturas que orientam a gestão desses recursos, incluindo as lógicas organizacionais, as métricas de avaliação, os regimes de risco e retorno e os vínculos institucionais que sustentam as decisões de investimento. Aqui, o foco recai sobre o momento em que o dinheiro é gerido por aqueles que o possuem; (3) destinação de recurso - que diz respeito à forma como os recursos são direcionados para ativos e espaços específicos. Esse eixo busca compreender os critérios, estratégias territoriais e racionalidades que guiam a materialização dos fluxos, ou seja, quando o dinheiro se *concretiza* em ativos reais, como infraestruturas, imóveis, entidades filantrópicas, etc.

Importante destacar que esses três eixos não devem ser interpretados como etapas lineares ou compartimentadas. Pelo contrário, trata-se de dimensões simultâneas, entrelaçadas e muitas vezes indissociáveis, que operam de forma distribuída no interior de uma mesma firma ou por meio de redes interorganizacionais que atravessam escalas e jurisdições. A fluidez entre captação, gestão e destinação de recursos é precisamente o que permite aos gestores de ativos garantir a continuidade do circuito do capital, ajustando estratégias em tempo real,

redistribuindo recursos e modulando suas posições conforme variações de mercado, expectativas dos investidores e mudanças institucionais.

Essa interdependência se manifesta de diversas maneiras. A forma como um gestor de capital realiza a captação — isto é, as promessas de retorno, os prazos oferecidos, os ativos sugeridos aos investidores — está diretamente conectada às estratégias que poderá adotar na fase de gestão. Do mesmo modo, a gestão dos recursos influencia profundamente os caminhos possíveis para a sua destinação: decisões tomadas internamente sobre risco, liquidez ou governança limitam ou expandem os destinos espaciais e os setores econômicos onde os investimentos podem se materializar. Em sentido inverso, a própria experiência de destinação — ou seja, os aprendizados obtidos nas práticas de investimento e seus desdobramentos concretos — retroalimentam os discursos mobilizados para atrair novos aportes, reformulando narrativas, ajustando temporalidades e redefinindo os critérios que estruturam as relações com os investidores.

Essa arquitetura é central para compreender a resiliência e a capacidade de reinvenção da indústria de gestão de ativos, especialmente em contextos marcados por instabilidade financeira, pressões regulatórias ou disputas por capital. Mais do que descrever o funcionamento dessa engrenagem, no entanto, o arcabouço busca oferecer uma chave interpretativa que permita apreender as dinâmicas em sua complexidade.

O objetivo do arcabouço, portanto, não é construir uma nova tipologia ou oferecer mais um modelo de segmentação da indústria financeira, mas sim propor uma lente analítica relacional, processual e crítica, capaz de articular práticas, instituições, atores e racionalidades na constituição dos fluxos de capital.

Captação de recursos: estratégias de convencimento, disputas por legitimidade e criação de promessas

A captação de recursos constitui um dos momentos mais críticos da dinâmica de circulação do dinheiro na indústria de gestão de ativos. Longe de se limitar a um processo técnico ou meramente operacional, ela envolve um conjunto articulado de estratégias discursivas,

institucionais e relacionais pelas quais os gestores de ativos procuram atrair aportes financeiros de diferentes perfis de investidores — fundos de pensão, pessoas físicas, investidores internacionais, entre outros. Nesse estágio, o capital ainda não circula propriamente no interior da constelação: ele está em disputa, em processo de convencimento, de mobilização e de alocação potencial.

Mais do que indicadores objetivos de risco-retorno ou taxas de administração e performance, o que está em jogo nesse momento é a capacidade de criar e sustentar narrativas capazes de conferir legitimidade aos veículos de investimento oferecidos. Como mostram Clark (2000) e Clark e Monk (2017), grandes investidores tendem a buscar prestadores de serviços de intermediação financeira — como os gestores de ativos — com os quais já mantêm relações consolidadas, evitando o custo transacional envolvido na construção de novas parcerias. Esse custo não é apenas financeiro: ele inclui o esforço de alinhamento de expectativas, a construção de linguagem comum e o estabelecimento de vínculos de confiança. Nesse contexto, os gestores de ativos operam em um campo altamente competitivo, onde não basta “administrar melhor ou mais barato” — é necessário demonstrar, continuamente, que se é capaz de produzir valor financeiro e reputacional. Isso implica construir um discurso persuasivo sobre os retornos esperados dos ativos em destaque e, sobretudo, sobre a competência institucional de quem os administra. A produção desse discurso — e sua constante adaptação às conjunturas — torna-se, por si só, uma vantagem competitiva central na disputa por capital.

Mas não se trata apenas de falar — é preciso ocupar os espaços certos. Daí emerge uma segunda dimensão da captação: o trabalho cotidiano de construção e manutenção de redes densas com potenciais investidores. Essa dimensão relacional envolve presença constante em eventos, conferências e fóruns nos quais circulam os grandes investidores, além da organização de roadshows, reuniões privadas e visitas a sedes corporativas (Clark e Monk, 2017). Nesses espaços, o que se negocia não é apenas um produto financeiro, mas uma forma de proximidade, de acesso e de confiança. A territorialidade — ainda que em uma indústria globalizada — segue operando como um vetor relevante, sobretudo quando proximidade espacial favorece relações assimétricas de influência. A esse esforço interpessoal soma-se, ainda, um conjunto de

estratégias voltadas à construção da visibilidade pública das gestoras e de seus produtos “diferenciados”. Propagandas em aeroportos, mobiliário urbano, estações de metrô e bairros financeiramente valorizados tornam-se recursos para reforçar a credibilidade simbólica dessas instituições e, ao mesmo tempo, sinalizar seu pertencimento ao núcleo legítimo da indústria. A proliferação de imagens, slogans e discursos que vinculam investimento a inovação, sustentabilidade ou segurança é parte integrante da arquitetura discursiva e espacial por meio da qual os gestores atraem capital e disputam a atenção de investidores em potencial (MAGNANI & SANFELICI, 2022; MAGNANI et al., 2024).

Uma outra estratégia importante no processo de captação envolve a atuação direta ou indireta nos processos de formulação de políticas públicas e regulações setoriais. Os gestores de ativos não apenas se adaptam ao ambiente regulatório: muitas vezes, procuram moldá-lo a seu favor (Sanfelici & Halbert, 2019; Magnani & Sanfelici, 2023). Isso se expressa na busca por mudanças que tornem determinadas classes de ativos mais atraentes ou seguras para os investidores — seja por meio de incentivos fiscais, segurança jurídica, flexibilização de restrições ou criação de instrumentos financeiros específicos. Essa influência ocorre tanto em arenas formais, junto a órgãos reguladores, quanto em espaços informais, por meio de articulações com agentes do Estado, associações empresariais ou redes de consultores especializados. Trata-se, aqui, de uma dimensão de agência política do capital financeiro.

Por fim, cabe destacar uma outra estratégia recorrente na captação de dinheiro: a inovação organizacional orientada pela demanda de novos investidores. Os gestores de ativos, longe de operarem presos a rotinas estáveis ou estruturas rígidas, frequentemente reconfiguram seus modelos operacionais para atender às exigências de um público investidor em constante mutação. Isso pode incluir desde a criação de veículos personalizados de investimento até a reconfiguração de critérios internos de avaliação, passando pela incorporação de princípios de responsabilidade socioambiental para responder à crescente pressão por investimentos ESG. A capacidade de ajustar suas práticas organizacionais revela não apenas flexibilidade institucional, mas também uma forma sofisticada de leitura do mercado e de antecipação de tendências.

Em síntese, a captação de recursos deve ser entendida como uma arena de disputas simbólicas, institucionais e materiais, na qual se decide quem terá acesso ao capital e sob quais condições. Os diferentes desenhos e a própria formação das constelações financeiras são, em larga medida, explicáveis pelas assimetrias na capacidade dos gestores de construir promessas, acessar redes, influenciar regras e se adaptar às exigências de diferentes circuitos de capital. A análise desse estágio, portanto, não pode se limitar ao rastreamento do fluxo: exige uma abordagem crítica capaz de revelar os mecanismos pelos quais o capital é centralizado antes mesmo de circular na esfera do investimento financeiro.

Gestão de recursos: rotinas organizacionais, temporalidades de investimento e disputas sobre racionalidades financeiras

O segundo eixo do arcabouço refere-se à gestão de recursos, isto é, ao conjunto de práticas, decisões e racionalidades mobilizadas pelos gestores de ativos após a captação do capital. Se na fase anterior o dinheiro ainda se encontra em processo de captação, aqui ele passa a ser objeto de controle ativo, sendo alocado, reposicionado, mantido em espera ou reconfigurado segundo as estratégias dos agentes que o administram. Esse é um momento decisivo: é por meio da gestão cotidiana que se definem os possíveis destinos do capital, sua velocidade de circulação, sua aderência a determinadas classes de ativos e os critérios que orientam sua valorização futura.

Compreender esse estágio exige atenção à forma como os gestores operam institucionalmente. Diferentes tipos de gestores — como fundos listados na bolsa de valores, fundos fechados, empresas privadas ou grandes plataformas de investimento global — estão submetidos a regulações distintas, regimes de governança específicos e obrigações variadas perante seus investidores. Tais variações institucionais não são detalhes formais: elas moldam diretamente o grau de discricionariedade na alocação dos recursos e a amplitude das estratégias de investimento. Por exemplo, gestores vinculados a fundos não listados tendem a ter maior liberdade decisória em comparação com aqueles expostos às exigências de transparência e compliance de empresas listadas em bolsa. O próprio desenho regulatório, ao definir o que é

permitido, exigido ou proibido, contribui para estabelecer preferências de canalização de recursos, ampliando ou restringindo o apetite por determinadas classes de ativos (Cruxên, 2024).

Outro fator decisivo no interior das práticas de gestão diz respeito à agilidade decisória. Em um campo marcado por competição intensa e janelas de oportunidade cada vez mais voláteis, a capacidade de decidir com rapidez pode ser determinante para que certos gestores se posicionem à frente na disputa por ativos e investidores. O tempo da decisão não é um dado neutro: ele está intimamente ligado à estrutura interna da organização, aos níveis de burocratização dos processos e à autonomia conferida às equipes. Há situações em que a lentidão organizacional impede a entrada em rodadas exclusivas de investimento, ou reduz a capacidade de captar recursos de forma tida como eficaz dentro de períodos restritos. Assim, a velocidade da gestão se torna, também, um critério de poder.

Há ainda uma dimensão temporal que atravessa esse eixo: os horizontes de investimento assumidos pelos agentes financeiros. A depender do tipo de capital envolvido — sobretudo no caso de investidores institucionais como fundos de pensão —, espera-se que os gestores adotem posturas de longo prazo, privilegiando estabilidade, previsibilidade e preservação do valor. Esse capital paciente exige uma forma de gestão condizente com seus objetivos: menos volátil, menos especulativa, mais atenta à construção de portfólios que dialoguem com a lógica de retornos constantes e de baixo risco. Assim, o perfil temporal dos investidores — e suas exigências — incide diretamente sobre a maneira como os gestores estruturam suas práticas e, por consequência, sobre o tipo de constelação que se forma.

Portanto, a gestão de recursos não pode ser concebida como um espaço meramente técnico ou neutro. Trata-se de um campo de disputas por racionalidades econômicas, normas institucionais e capacidades organizacionais. As decisões tomadas nesse estágio têm efeitos estruturantes sobre os fluxos: definem ritmos, formas e intensidades da circulação do dinheiro. Em última instância, explicam por que determinados gestores conseguem manter posições centrais e recorrentes nos circuitos financeiros, enquanto outros permanecem limitados a atuações pontuais, reativas ou subordinadas.

Destinação de recursos: ativos, territorialidades e racionalidades de ancoragem do capital

O terceiro eixo do arcabouço analítico trata da destinação de recursos, isto é, da forma como os gestores de ativos canalizam o capital para objetos específicos distribuídos no espaço (Theurillat et al., 2016). Este não é um movimento meramente técnico ou automático. Ao contrário, trata-se de um processo profundamente condicionado pela composição da constelação — isto é, pelos tipos de atores envolvidos, pelas relações estabelecidas entre eles e pelas racionalidades que orientam suas decisões de alocação. O que está em disputa, nesse momento, é onde o capital se materializa, em que ativos da economia real se ancora e quais dinâmicas territoriais ele contribui para ativar ou transformar.

Mesmo quando aparentemente descolados da chamada “economia real”, os fluxos financeiros sempre acabam se conectando a práticas concretas, a formas de produção e a espacialidades determinadas. ETFs¹, derivativos² ou títulos estruturados³ — por mais abstratos que possam parecer — não deixam de interferir, direta ou indiretamente, na reorganização de setores, cadeias produtivas e ativos físicos (ver, por exemplo, Aalbers Et al., 2023). Por isso, compreender a destinação dos recursos não significa apenas mapear onde o dinheiro “chega”, mas sobretudo interpretar as decisões e os critérios que orientam seu deslocamento e ancoragem.

A literatura crítica já demonstrou que os investimentos não seguem exclusivamente racionalidades econômicas fundadas em cálculos de rentabilidade ou métricas objetivas de risco (Hennebery & Mouzakis, 2013). As decisões de investimento são frequentemente informadas

¹ Os ETFs (Exchange Traded Funds) são fundos de investimento negociados em bolsa que replicam o desempenho de um índice, setor ou classe de ativos, permitindo aos investidores acessar uma carteira diversificada com a mesma facilidade de compra e venda de uma ação.

² Derivativos são instrumentos financeiros cujo valor deriva de outro ativo — como ações, moedas, taxas de juros ou commodities — e que são utilizados principalmente para fins de proteção contra riscos (hedge) ou especulação sobre variações futuras de preço.

³ Títulos estruturados são instrumentos financeiros compostos por uma combinação de ativos tradicionais, como renda fixa, e derivativos, desenhados para oferecer retornos específicos com base no desempenho de determinados indicadores de mercado, e geralmente vendidos como produtos personalizados a investidores em busca de perfis de risco e retorno diferenciados.

por tendências dominantes, informações escassas, percepções subjetivas e efeitos de manada. Além disso, os vínculos que os gestores mantêm dentro da constelação — seus pares, consultores, redes jurídicas e atores locais — têm papel fundamental na definição dos objetos e dos espaços de destino do capital (SHIMBO et al., 2021). Em outras palavras, a forma como uma constelação se organiza influencia diretamente os circuitos pelos quais o dinheiro circula e se territorializa.

Outro elemento crucial nesse processo é a temporalidade esperada dos retornos. A escolha dos ativos a serem priorizados depende, em grande medida, do perfil de rendimento desejado pelos gestores e seus investidores (Sanfelici & Magnani, 2023). Alguns preferem ativos que oferecem fluxos contínuos e previsíveis — como títulos públicos, imóveis estabilizados ou concessões de infraestrutura. Outros se orientam por estratégias de valorização acelerada e maior risco, alocando recursos em startups, ativos especulativos ou operações alavancadas. Essas escolhas, por sua vez, afetam radicalmente o tipo de ativo escolhido e o território no qual ele se inscreve: entre um projeto que dura anos de construção de linhas de metrô e o desenvolvimento de uma empresa emergente no Vale do Silício, há um mundo de mediações institucionais, relações de poder e consequências territoriais.

A natureza do ativo investido e sua localização geográfica também moldam o perfil dos atores que passam a compor a constelação. Investimentos em ativos fundiários no Brasil, por exemplo, tendem a exigir a mediação de elites locais (Rufino, 2012), consultorias, advogados especializados ou operadores técnicos que dominem o contexto regulatório e institucional do território (Sanfelici, 2013). Assim, a escolha do objeto de investimento não apenas determina o destino do capital, mas também reconfigura o próprio arranjo da constelação: novos atores são incorporados, novas redes se estabelecem e novas formas de conhecimento tornam-se centrais para a tomada de decisão.

Em suma, a destinação de recursos é um momento privilegiado para observar como o capital se materializa no espaço, mas também como se produz, através da circulação do dinheiro, uma determinada geografia das finanças — que é, ao mesmo tempo, seletiva, assimétrica e politicamente disputada.

O ESFORÇO PARA CARTOGRAFIAR FLUXOS E ENFRENTAR OPACIDADES

O dinheiro nunca circula sozinho. Ele carrega consigo promessas de futuro, disputas silenciosas, estruturas de poder e racionalidades construídas socialmente. Seus caminhos não são neutros nem automáticos: são produzidos, mediados e legitimados por dispositivos técnicos, normativos e institucionais que moldam — e frequentemente ocultam — os efeitos da sua movimentação. Em uma era marcada pela crescente financeirização de múltiplas esferas da vida social, compreender os fluxos de capital é um passo necessário para acessar os arranjos que sustentam suas formas contemporâneas de atuação.

É nesse horizonte que se insere o arcabouço das constelações financeiras. Longe de ser um modelo fechado, ele parte do reconhecimento de que os fluxos monetários não são meramente trajetórias entre pontos, mas expressões relacionais, materiais e institucionais de poder em circulação. Captação, gestão e destinação de recursos não devem ser entendidas como fases técnicas de uma operação financeira funcional, mas como dimensões interdependentes, inseridas em arenas de negociação simbólica e material — espaços nos quais se define o que pode ser investido, quem detém legitimidade para gerir recursos e quais territórios ou setores passam a atrair capital.

A metáfora das constelações ajuda a tornar visível essa complexidade. Em vez de representar os fluxos como linhas unidimensionais ou movimentos automáticos, ela sugere uma arquitetura relacional composta por atores — os “astros” — conectados segundo lógicas institucionais, redes de confiança, narrativas performativas e marcos regulatórios. Essas constelações, longe de serem estáticas, se reorganizam continuamente à medida que o capital se desloca, se retrai ou se reconfigura. As formas que assumem são moldadas pelos critérios de valorização em disputa, pelas relações que as sustentam e pelo cenário institucional nos quais estão inseridas.

Compreender os fluxos dessa maneira implica romper uma fragmentação analítica na leitura da circulação do dinheiro no espaço. O que se propõe aqui é uma leitura sistêmica, em que captação, gestão e destinação de recursos são vistas como dimensões articuladas que se

retroalimentam. A forma como se atrai capital — por meio de discursos, estratégias regulatórias e redes sociais — influencia diretamente as práticas de gestão e os critérios de investimento, afetando, em última instância, os territórios nos quais esse dinheiro se materializa. Trata-se de uma cadeia de coerência entre promessas, práticas e impactos, que raramente é captada pelas abordagens convencionais, voltadas à análise de dados ou à rastreabilidade de um fluxo contábil.

Nesse encadeamento, decisões aparentemente técnicas assumem efeitos territoriais concretos. A aceitação de certos níveis de risco, por exemplo, pode viabilizar empreendimentos em áreas marcadas por disputas fundiárias ou déficits de infraestrutura, impulsionando flexibilizações normativas e acelerando processos regulatórios. Já as preferências temporais dos investidores — entre retorno rápido ou estabilidade de longo prazo — moldam os tipos de projetos financiados e os ritmos com que são implantados. Fundos de curto prazo tendem a favorecer ativos que gerem resultados imediatos, como edifícios corporativos ou residenciais em zonas centrais, enquanto investidores institucionais operando com capital paciente frequentemente optam por ativos associados a infraestrutura urbana, habitação ou serviços públicos, cujos retornos se dão em prazos mais dilatados. Em ambos os casos, os tempos do capital interagem com — e muitas vezes condicionam — os tempos do urbano e da política pública.

Diante de um cenário em que o capital opera por meio de linguagens técnicas, modelos algorítmicos e métricas cada vez mais opacas, o desafio não está apenas em denunciar essas dinâmicas, mas em construir ferramentas que permitam compreendê-las em profundidade. O arcabouço das constelações financeiras oferece uma proposta nesse sentido: um esforço de organização analítica voltado a identificar padrões, revelar conexões encobertas e explorar como os fluxos de capital se articulam à definição de prioridades econômicas, espaciais e sociais.

Mais do que um instrumento descritivo, trata-se de uma tentativa de contribuir para o debate sobre como desenvolver uma teoria relacional e situada da circulação do capital — uma teoria capaz de articular materialidade, mediação institucional e estrutura espacial. Teoria que,

ao abrir a caixa-preta da finança, permita vislumbrar com maior clareza os mecanismos que moldam o espaço e estruturam, silenciosamente, as desigualdades do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- AALBERS, M. B.; TAYLOR, Z. J.; KLINGE, T. J.; FERNANDEZ, R. In Real Estate Investment We Trust: State De-risking and the Ownership of Listed US and German Residential Real Estate Investment Trusts. **Economic Geography**, v. 99, n. 3, p. 312–335, 2023.
- BATHELT, H.; GLÜCKLER, J. Toward a relational economic geography. In: SHEPPARD, E.; BARNES, T. J. (org.). **A Companion to Economic Geography**. 2. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2017. p. 73–100.
- BASSENS, D.; VAN HEUR, B.; WAIENGNIER, M. Follow the money: Cultural patronage and urban elite geographies. **Urban Geography**, v. 40, n. 5, p. 719–746, 2019.
- BECKERT, J. **Imagined Futures: Fictional Expectations and Capitalist Dynamics**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- BOSCHMA, R.; FRENKEN, K. Why is economic geography not an evolutionary science? Towards an evolutionary economic geography. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 3, p. 273–302, 2006.
- BURNS, D. et al. **Where Does the Money Go? Financialised chains and the crisis in residential care**. Manchester: Centre for Research on Socio-Cultural Change, 2016.
- CHRISTOPHERS, B. *Our Lives in Their Portfolios: Why Asset Managers Own the World*. Edição ilustrada. Londres: Verso Books, 2024. 320 p. ISBN 1839768991, 9781839768996.
- CHRISTOPHERS, B. Follow the thing: money. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 29, n. 6, p. 1068–1084, 2011.
- CLARK, G. L. **Pension Fund Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CLARK, G. L. Money Flows like Mercury: The Geography of Global Finance. **Geografiska Annaler. Series B, Human Geography**, v. 87, n. 2, p. 99–112, 2005.

CLARK, G. L. Knowledge, hoarding and rent-seeking behaviour in the Anglo-American asset management industry. **Finance and Space**, v. 1, n. 1, p. 58–75, 2024.

CLARK, G. L.; MONK, A. H. **Institutional Investors in Global Markets**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

CORPATAUX, J.; CREVOISIER, O.; THEURILLAT, T.. The territorial governance of the financial industry. In: MARTIN, Ron; POLLARD, Jane (org.). *Handbook on the geographies of money and finance*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017. cap. 4, p. 69-85.

CRUXÊN, I. A. Securing financial returns in politically uncertain worlds: Finance and urban water politics in Brazil. **Environment and Planning C**, v. 42, n. 8, p. 1430–1447, 2024.

DICKEN, P.; MALMBERG, A. Firms in territories: a relational perspective. **Economic Geography**, v. 77, n. 4, p. 345–363, 2001.

GERTLER, M. S. Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there). **Journal of Economic Geography**, v. 3, n. 1, p. 75–99, 2003.

GIBADULLINA, A. Who owns and controls global capital? Uneven geographies of asset manager capitalism. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 56, n. 2, p. 558–585, 2024.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (orgs.). **The Sociology of Economic Life**. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2011.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HENNEBERRY, J.; MUZAKIS, F. Familiarity and the Determination of Yields for Regional Office Property Investments in the UK. **Regional Studies**, 2013. DOI: 10.1080/00343404.2013.765556.

HUGHES-MCLURE, S. Follow the money. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 54, n. 7, p. 1299–1322, 2022.

INGHAM, G. The nature of money. **Economic Sociology: European Electronic Newsletter**, v. 5, n. 2, p. 18–28, 2004.

KALINOSKI, Rafael; PROCOPIUCK, Mario. *Financeirização imobiliária em dois momentos: da produção à ocupação via proptechs*. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 24, n. 53, p. 119-146, jan./abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5305>

LIMA, R.. **Subordinate Financialization Through Housing: Institutional Investors and Urban Development in Lisbon**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – University of Sheffield, Sheffield, 2022.

MAGNANI, M. *Following the money journey: Pooling, management and channelling*. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Institut of Sociology, University of Neuchâtel, Neuchâtel, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.35662/unine-thesis-3138>.

MAGNANI, M.; SANFELICI, D. The financial industry sets sights on institutional investors: a relational approach to property investment outsourcing. *Economic Geography*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00130095.2022.2149487>.

MAGNANI, M.; SANFELICI, D. O e-commerce e os fundos imobiliários logísticos: estratégias de captura de rendas imobiliárias. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 24, n. 53, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5307>.

MAGNANI, M.; SANFELICI, D.; ADISSON, F.; HALBERT, L. Assetising Brazilian logistics: power, spaces and scales under asset management capitalism. *Finance and Space*, v. 1, n. 1, p. 240–258, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2833115X.2024.2359564>.

MARTIN, R. Institutional approaches in economic geography. In: CLARK, G.; FELDMAN, M.; GERTLER, M. (org.). **The New Oxford Handbook of Economic Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 77–94.

PRYKE, M. Making finance, making worlds. In: CLARK, N.; MASSEY, D.; SARRE, P. (org.). **A World in the Making**. Milton Keynes: Open University, 2006. p. 57–104.

RUFINO, M. B. C. **Incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17042013-140707/>.

SANFELICI, D.. **A metrópole sob o ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil**. 2013. 334f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07012014-093205/>.

SANFELICI, D.; HALBERT, L. Financial market actors as urban policy-makers: the case of real estate investment trusts in Brazil. **Urban Geography**, v. 40, n. 1, p. 83–103, 2018.

SANFELICI, D.; MAGNANI, M. Unpacking corporate ownership in property markets: a typology of investors and the making of an investment value chain in Brazil. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 0, n. 0, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308518X231157742>.

SHIMBO, L.; SANFELICI, D.; MARTINEZ-GONZALEZ, B. Consultorias imobiliárias internacionais e racionalidade financeira na avaliação e gestão de imóveis em São Paulo. **EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 47, n. 140, 2021. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/EURE.47.140.11>.

SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. 3. ed. London: Routledge, 2004.

THEURILLAT, T.; VERA-BÜCHEL, N.; CREVOISIER, O. From capital landing to urban anchoring: The negotiated city. **Urban Studies**, v. 53, n. 7, p. 1509–1518, 2016.

YEUNG, H. W. C. Rethinking relational economic geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 1, p. 37–51, 2005.

ZELIZER, V. The Social Meaning of Money: “Special Monies.” **The American Journal of Sociology**, v. 95, p. 342–377, 1989.